

Instituto Federal São Paulo

Diego Amorim de Oliveira

FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR MEIO DA
MODALIDADE EAD: A PROBLEMÁTICA DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DISTANTE DA
SALA DE AULA.

São Paulo

2014

Instituto Federal São Paulo

Diego Amorim de Oliveira

FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR MEIO DA
MODALIDADE EAD: A PROBLEMÁTICA DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DISTANTE DA
SALA DE AULA.

São Paulo

2014

Diego Amorim de Oliveira

FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR MEIO DA
MODALIDADE EAD: A PROBLEMÁTICA DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DISTANTE DA
SALA DE AULA.

Monografia apresentada ao curso
de Especialização em Formação de
Professores com ênfase no Ensino
Superior do Instituto Federal São
Paulo, como requisito para grau de
especialista.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Albuquerque Bomfim.

São Paulo
2014

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo refletir, fundamentada em variados pesquisadores, a respeito da modalidade Ensino a Distância (EAD), sua regulamentação no Brasil, o incentivo de expansão da EAD com estratégia de formação de professores e os impactos da adoção desta modalidade na formação dos professores de Educação Básica.

Palavras Chaves: Educação a Distância; EAD; Formação de Professores.

Abstract

This research aims to reflect, based on various researchers regarding the modality Distance Education (EAD), its regulation in Brazil, the EAD expansion encouragement with teacher training strategy and the impacts of this modality in training of Basic Education teachers.

Keywords: Distance Education; EAD; Teacher Education.

Sumário

1.Introdução.....	6
2. A Educação a distância: definições e evoluções.	8
2.1 A modalidade educação a distância.....	9
2.2 Marcos Regulatórios da educação a Distância no Brasil.....	13
2.3 Expansão da educação a distancia no contexto educacional brasileiro.....	16
3.Formação de professores por meio da modalidade de ensino a distância.....	18
3.1 A crise da educação contemporânea.....	19
3.2 A crise nas licenciaturas	22
3.3 A educação a distância como alternativa a formação de professores.....	25
3.4 A problemática da formação de professores por meio da modalidade de educação a distância.....	28
4.Conclusão.....	31
5. Referência bibliográfica.....	33

Introdução

A educação na atualidade atravessa um contexto de transformações e expectativas. Tem-se observado, nos últimos tempos, a aproximação das práticas educativas com a Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), no objetivo de potencializar quantitativamente e qualitativamente a oferta de cursos de capacitação profissional para suprirem as demandas mercadológicas por meio da modalidade EaD.

A EaD tende doravante a se tornar cada vez mais um elemento regular dos sistemas educativos, necessários não apenas para atender as demandas e/ou a grupos específicos, mas assumindo funções de crescente importância, especialmente no ensino pós-secundário, ou seja, na educação da população adulta, o que inclui o ensino superior regular e toda grande e variada demanda de formação contínua gerada pela obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento. (BELLONI, 1996)

Paralelamente a esse contexto de expansão, o Brasil enfrentou, no início da década de 90, uma realidade controversa no que diz respeito à formação de professores para atuar na Educação Básica. Isto porque, o texto da Lei citada propõe que somente professores habilitados em nível superior poderiam atuar na educação básica. Tal objetivo deveria ser atingido até o final da década de 90, a chamada “década da educação”.

Até o fim da década da educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. (LDB, artigo 87 § 4º)

Na intenção de sanar essa problemática, a partir dos anos 2000 fortificou-se a oferta de cursos de Licenciatura, por meio da modalidade EAD (Educação a Distancia).

Tal aumento se deu em especial, no ano de 2002, com a entrada massiva do setor privado no “mercado” de Ensino Superior, tal qual aponta Giolo (2008):

Inicialmente conduzida pelas instituições públicas, esse processo teve, em seguida, a partir de 2002, a participação agressiva do setor privado que, em pouco tempo, lhe conferiu um perfil completamente diferente daquele imaginado pela legislação, e mesmo praticado pelas instituições públicas: de uma atividade complementar e subsidiária à educação presencial, tornou-se um objeto importante na disputa do mercado educacional. (GIOLO, 2008.)

A educação superior por meio da Modalidade EaD já havia sido normatizada, embora de forma implícita, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Entretanto é o Decreto n.4.494/1998 que possibilita o agressivo avanço da iniciativa privada sobre o Ensino Superior por meio da modalidade Ead. Isto se deu, pois o Decreto, em seu texto, não conferiu direção, tampouco limites precisos a atuação do setor privado na Educação a Distância. A partir do ano de 2002, a iniciativa privada obteve um número expressivo de credenciamentos para a oferta de EaD, de acordo com o censo da Educação Superior do INEP.

A educação a distância somente entrou na rota das preferências de parte da iniciativa privada quando a expansão da modalidade presencial começou a experimentar certo cansaço, causado pela diminuição progressiva da demanda. Esse fenômeno, de certa forma, alterou o sentido da educação a distância: em vez de ser uma modalidade de ensino capaz de ampliar o raio de atuação da educação superior para além da esfera abrangida pela educação presencial, tornou-se concorrente da presencial (...)
(GIOLO,2008.)

O aumento da oferta de cursos de formação de professores, por meio da modalidade Ead suscita uma reflexão sobre as práticas pedagógica deste profissional.

Tal qual a tese defendida por Jaime Giolo, em seu artigo “A Educação a distância e a formação de professores” (2008) a atividade docente reúne em sua cultura o ensinar e o aprender, essa atividade é exercida por relações humanas fundamentais. A ausência da relação professor/aluno, justamente em um curso cujo objetivo é preparar um profissional para atuar em sala de aula é passível de análise,

(...) a reflexão é preponderante nesse processo, pois, refletindo sua experiência, o professor aperfeiçoa a reflexão na ação, ato que propiciaria mudanças em suas práticas docentes, que deixariam de ser mecânicas e reprodutivas para serem pensadas e repensadas. Mais do que criar novos espaços de formação, faz-se necessário um repensar no papel político e pedagógico do professor, repensar este que, pelas colocações feitas, em momento algum foi feito em nossa história da educação brasileira. Formar professores precisa deixar de ser sinônimo de formar reprodutores. “O modelo de formação proposto baseia-se numa reflexão do professorado sobre a sua prática docente, que lhe permite repensar a sua teoria implícita do ensino, os seus esquemas básicos de funcionamento e as próprias atitudes” (BARBOSA, Fabiana Andréa). Formação de Professores: Uma História de descaso e dificuldades. p 63. In: MACHADO, Evelcy Monteiro; CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. (Org) Pedagogia em Debate: Desafios Contemporâneos, 2004.

2 – A Educação a Distância: Definições e Evoluções

A Formação de Professores, no Brasil, vem sendo pesquisada e estudada à exaustão por profissionais, políticos e instituições. O tema, ainda hoje, é interpretado por diversos prismas e concepções ideológicas e esta no centro de inúmeras políticas públicas. O presente trabalho vem somar-se a vasta documentação referente à construção profissional do docente, debruçando-se com maior atenção ao professor formado por meio da modalidade que se utiliza de recursos e plataformas não tradicionais e que está distante do espaço destinado à prática de ensino e aprendizagem, isto é: a Sala de aula.

Educação a distância se refere aquelas formas de aprendizagem organizada, baseada na separação física entre os aprendentes e os que estão envolvidos na organização de sua aprendizagem. Esta separação pode aplicar-se a todo o processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios ou elementos deste processo. Podem estar envolvidos estudos presenciais e privados, mas sua função será suplementar ou reforçar a interação predominante à distância. (MALCOM TIGHT, 1988)

Esta modalidade, descrita como Educação à Distância (EAD) tem por princípio ofertar seu programa de conteúdo por meio de plataformas diversas, entretanto, atualmente sua oferta tem-se limitado ao uso das tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's).

Como será abordado no segundo capítulo deste trabalho, a implementação da modalidade EAD, que se deu em meados da década de 90, porém se concretizou como alternativa à formação presencial no início dos anos 2000, provocou questionamentos em relação á qualidade dos profissionais da educação formados por suas plataformas: A modalidade EAD formará um bom Professor? Graduar-se fora da sala de aula comprometerá as práticas profissionais (Didática, relação interpessoal, avaliação, etc.) deste professor em sala de aula? Um professor formado por meio da modalidade EAD apresenta dificuldades em sua realidade profissional que um professor formado em um curso presencial, não apresenta? É necessária uma formação continuada específica para os professores formados por meio da modalidade EAD, com o objetivo de complementar sua formação?

O presente trabalho não pretende esclarecer as questões aqui levantadas, mas sim propor um exercício de reflexão sobre as questões apresentadas, com o intuito de contribuir para uma melhor formação de professores.

2.1 – A Modalidade Educação à distância.

A Educação a Distância, ao longo de sua história e trajetória adquiriu diversos modelos, plataformas e objetivos. Um dos teóricos que mais se dedicaram a análise desta modalidade de educação foi Otto Peters, que em sua obra¹ tratou de estipular um cenário, organizar modelos, determinar conceitos e acompanhar evoluções da educação à distância.

De acordo com Peters (2004), a EAD surgiu em meados do século XX ,após a II guerra Mundial, como consequência do desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação.

A constante evolução tecnológica e organizacional destes meios possibilitou o aparecimento das primeiras experiências de ensino por correspondências no EUA e na Europa.

Em suas pesquisas, Peters (2004) realizou um levantamento referente aos modelos de educação à distância, estabelecendo os seguintes:

Modelo por correspondência:

Configura-se como o modelo mais antigo e mais utilizado de educação à distância. Apresentam textos didáticos escritos ou impressos, tarefa e correção por correspondência regular ou ocasional entre a instituição de ensino e o estudante.

Modelo Multimídia:

Modelo desenvolvido nos anos 1970-1980. Seu traço característico é o uso regular e integrado da televisão e do rádio, juntamente com o material impresso.

Este modelo tornou-se uma importante ferramenta para ajudar na estruturação de muitas universidades de ensino à distância no mundo, sendo o início e dos movimentos em prol da aprendizagem aberta².

Modelo de educação à distância em Grupo:

Modelo semelhante ao anterior, já que se utiliza de televisões e rádios como plataforma de difusão de conteúdo. O que o difere do modelo Multimídia é o fato de que as aulas ou palestras difundidas, não são assistidas por alunos individualmente, mas sim em grupos de estudantes, em locais pré-determinados e com a presença de um tutor ou instrutor.

Modelo aluno autônomo:

Este modelo possibilita o desenvolvimento de uma aprendizagem independente, ficando ao professor o papel de conduzir a aos objetivos determinados pelo estudante.

¹ PETERS, Otto. A educação à distância em transição: tendências e desafios. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

² O termo “Universidade Aberta” faz referência a um modelo multidimensional, que privilegia a aprendizagem autônoma.

Neste modelo a exposição de conteúdos é substituída pelo encorajamento do estudante em adquirir seu próprio conhecimento através de constantes pesquisas.

Modelo de EAD baseado na rede:

Este modelo está surgindo no presente como consequência da transformação digital. Por meio deste modelo, o estudante trabalha os conteúdos determinados no currículo em um ambiente informatizado online – através de uma rede, ou off-line – através de CD-ROMs.

Modelo de ensino em sala de aula estendida tecnologicamente:

Este modelo foi desenvolvido nos Estados Unidos, em organizações com mais de um campus, e tem como característica:

Um professor dá uma aula em uma sala de aula ou estúdio e as aulas e instruções são transmitidas para outras salas de aula por vídeo conferência ou via rádio.

A partir destes modelos de educação à distância é possível investigar os caminhos que a EAD tomou no Brasil, bem como suas consequências na educação Nacional.

Fundamental em uma pesquisa que busca investigar a formação de profissionais docentes graduados através da modalidade EAD e analisar as definições de Educação a Distância que foram categorizadas por diversos estudiosos que se debruçaram sobre a temática. Uma das primeiras aproximações da ideia de educação à distância é apresentada por Belloni (2008) da seguinte forma:

Estudo a distância é um método racionalizado (envolvendo a definição de trabalho) de fornecer conhecimento que (tanto como resultado da aplicação de princípios de organização industrial quanto pelo uso de tecnologias que facilitam a reprodução da atividade objetiva de ensino em qualquer escala) permite o acesso aos estudos universitários a um grande número de estudantes independentes do seu lugar de residência e de ocupação (PETERS apud BELLONI, 2008, p.10)

A concepção de Educação a Distância apresentada pela estudiosa supracitada recorre a definições do campo da economia tais como Fordismo³ e pós-fordismo⁴, e essas definições são, segundo a autora, fundamentais para se compreender a evolução da Educação a Distância até os padrões atuais.

³ Um sistema de produção, criado pelo empresário norte-americano Henry Ford, cuja principal característica é a fabricação em massa. Henry Ford criou este sistema em 1914 para sua indústria de automóvel, projetando um sistema baseado numa linha de montagem.

⁴ Em geral o pós-fordismo é conceito utilizado para definir um modelo de gestão produtiva que se diferencia do fordismo, no que se refere, em especial, a organização do trabalho e da produção. Assim, ao invés de centrar-se na produção em massa, característica do fordismo, o modelo pós-fordista fundamenta-se na ideia de flexibilidade.

De acordo com Belloni (2008) nos primórdios da modalidade a distância, grande parte das instituições que lançaram mão desta modalidade utilizaram de forma excessiva materiais e tecnologias⁵, as chamadas TIC's.

Paralelamente a aproximação da Modalidade EAD a concepção Fordista de produção, surge o conceito de Aprendizagem Aberta, que diferentemente da EAD propõe um conhecimento construído pelo estudante, sendo este não apenas um receptor de conteúdo, e sim um pesquisador de informação e um produtor de novos conhecimentos. Neste modelo de aprendizagem figura do professor é destacada como a de um mediador ou facilitador. Neste caso, segundo a autora a teoria fordista deu lugar à teoria pós-fordista, pois nela o estudante estará em constante busca de conhecimento, uma aprendizagem ao longo da vida.

Em complementação a sua definição de educação a Distância Belloni (2008) apresenta outras nove definições, nas quais é possível observar as mudanças conceituais ao passar dos anos:

- Educação a distância pode ser definida como a família de métodos instrucionais nos quais os comportamentos de ensino são executados em separado dos comportamentos de aprendizagem, incluindo aqueles que numa situação presencial (contigua) seria desempenhada na presença do aluno de modo que a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por dispositivos, eletrônicos, mecânicos, e outros (Moore, 1973)
- Ensino a distância é o ensino que não implica a presença física do professor indicado para ministrá-lo, onde e recebido, ou para determinadas tarefas (Lei Francesa, 1971)
- A educação à distância é um método de transmitir conhecimento competência e atitudes que é racionalizado pela aplicação de princípios organizacionais e divisão do trabalho, bem como pelo uso intensivo de meios técnicos, especialmente como o objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, que torna possível instituir um maior número de estudantes, ao mesmo tempo, onde quer que eles vivam; e uma forma industrializada de ensino e aprendizagem (PETERS, 1973)
- O termo educação a distância cobre varias formas de estudo, todos os níveis, que não estão sob a supervisão contínua e imediata de tutores presentes com seus alunos em sala de aula ou nos mesmos lugares, mas que não obstante beneficiam-se do planejamento, da orientação e

⁵ Segundo Belloni (2008) em algumas instituições essa fragmentação determinou a necessidade de um profissional para cada fase de um projeto educacional a distância; sendo necessário um responsável pela redação dos matérias, outro profissional responsável pelos layouts, outro responsável pela análise pedagógica. Nesse modelo de produção, cabe ao professor o papel de Tutor.

do ensino oferecido por uma organização tutorial. (HOLMBERG, 1977)

- Educação a distância é uma espécie de educação baseada em procedimentos que permitem o estabelecimento de processo de ensino e aprendizagem mesmo onde não exista contato face a face entre professores e alunos – La permite um alto grau de aprendizagem individualizada (CROPLEY e KAHL, 1983)
- Educação à distância é um modo não contínuo de transmissão entre professor e conteúdo do ensino e aluno e conteúdo de aprendizagem – possibilita maior liberdade ao aprendiz para satisfazer suas necessidades de aprendizagem, seja por modelos tradicionais, não tradicionais, ou pela mistura de ambos (REBEL, 1983)
- Educação à distância é um termo genérico que inclui elenco de estratégias de ensino e aprendizagem referidas como “educação por correspondência” ou “Estudo por correspondência” em nível pós-escolar de educação, no Reino Unido; como “estudo em casa”, no nível pós-escolar, e “estudo independente” em nível superior, nos EUA; como “Estudos externos” na Austrália, e como “estudo a distância” ou “Ensino em uma distância” na Alemanha; “educação à distância” em espanhol e Tele-educação em Português (PERRIAULT, 1996)

2.2 - Marcos regulatório da Educação a distância no Brasil.

A regulamentação referente à Educação a distância no Brasil tem uma história recente. O processo regulatório desta modalidade de ensino tem seu marco inicial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996⁶, a LDB.

A LDB delibera sobre a Educação brasileira, reforça a modalidade convencional como prioritária no sistema educacional brasileiro, principalmente no que tange o ensino fundamental, tal qual fica explícito na seção III, artigo 32, parágrafo 4º, onde diz:

O ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. (LDB, 1996)

Entretanto, se tratando da formação de professores, a Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 80 sugere incentivo do poder público para o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

De acordo com Giolo (2008, p.1212) a lei referida garantiu o incentivo do poder público, espaço de atuação em todos os níveis e modalidade educacionais e dispensou tratamento diferenciado referente à utilização dos canais de radiodifusão, tal qual aponta a LDB, em seu artigo de número 80:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação à distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação à distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação à distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

⁶ Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Outro marco regulatório referente à Educação a distância foi o Decreto n.2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que define a modalidade EAD como:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Este decreto, além de estabelecer diretrizes para a autorização e reconhecimento dos cursos, possibilita o credenciamento de instituições, penalidades para não cumprimento dos padrões de qualidade e outras irregularidades.

Giolo (2008) aponta que o Decreto 2.494 é lacunoso em relação à regulação, tanto que, Decretos posteriores⁷ complementam as disposições referentes ao credenciamento de instituições, reconhecimento de cursos de educação profissional e de graduação e estabelecem competências Estaduais e municipais.

Em resumo, os Decretos que deliberam sobre a educação a distância, posteriores a formulação da LDB estabelecem que:

(a) Os cursos a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, obedecendo, quanto for o caso, às diretrizes curriculares nacionais.

(b) As instituições, para oferecerem cursos de EaD que conduzam a certificados de conclusão ou diplomas de EJA, educação profissional, ensino médio e graduação, necessitam de credenciamento especial do MEC.

(c) Os credenciamentos e autorizações terão prazo limitado de cinco anos.

(d) É facultada a transferência e o aproveitamento de créditos dos alunos de cursos presenciais para cursos de EaD e vice-versa.

(e) Os diplomas e certificados de EaD terão validade nacional.

(f) As avaliações com fins de promoção, certificação ou diplomação serão realizadas por meio de exames presenciais, sob a responsabilidade da instituição credenciada.

(g) O leque dos momentos presenciais obrigatórios se amplia, incluindo, além das avaliações, os estágios obrigatórios, a defesa dos trabalhos de conclusão de cursos e atividades de

⁷ Decreto n.2561, de 27 de abril 1998, Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 e Decreto n. 6.3030, de 12 de dezembro de 2007.

laboratório (nos três casos, quando previsto na legislação ou quando for o caso) e serão realizados na sede da instituição ou nos pólos, estes também credenciados mediante avaliação.

(h) A EaD, quando se refere à educação básica, pode ser praticada apenas como complementação de estudos ou em situações emergenciais (essas situações estão definidas nos documentos em análise).

(i) A duração dos cursos a distância é a mesma dos cursos presenciais.

(j) Os exames presenciais serão elaborados pela própria instituição credenciada e prevalecerão sobre as outras formas de avaliação.

(k) Todos os acordos de cooperação serão submetidos ao órgão regulador do respectivo sistema de ensino.

(l) Instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência, poderão ser credenciadas para ofertarem cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu) e de tecnologia.

(m) O sistema federal credenciará também as instituições dos outros sistemas que desejarem ofertar cursos de educação a distância de nível superior e de educação básica, neste caso, quando sua abrangência ultrapassar o âmbito geográfico do respectivo sistema. As autorizações, reconhecimentos e renovação de reconhecimento dos cursos tramitarão apenas no âmbito dos respectivos sistemas de educação.

(n) A Lei do SINAES (n. 10.861/2004) aplica-se integralmente à educação a distância.

(o) As prerrogativas da autonomia das universidades e centros universitários são asseguradas também quanto se trata de EaD.

(q) Será dada publicidade, tanto pelos sistemas de ensino quanto pelas instituições, dos atos regulatórios referentes às IES e seus cursos.

Os decretos citados, resumidos em tópicos, estabelecem as exigências legais para o credenciamento de instituições de ensino, autorizações e reconhecimento de cursos que se utilizam da modalidade EAD em seu componente curricular.

Outro importante regulamentador da Educação a Distância no Brasil foi a criação da Universidade Aberta do Brasil, 2005. Projeto elaborado pelo Fórum das Estatais pela Educação, que tinha como prioridade a formação de professores para a educação básica. Para consolidar o objetivo, o projeto propunha uma articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios, com o intuito de promover, através da metodologia da educação a distância, camadas da população que estavam excluídas do processo educacional.

A partir destes marcos regulatório a EAD estava legalmente constituída, e sua implementação assegurada.

2.3 - A expansão da Educação à distância no Contexto educacional brasileiro.

A criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) vem ao encontro da proposta sugerida pela LDB, quando aponta em seu texto que o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância.

A UAB seguiu a linha de projetos que já estavam sendo implementados em outros países, que criaram ou incentivaram através de financiamentos o que Souza (1996) conceitua como “Megauniversidades”. O objetivo destes projetos, que também vai balizar a UAB, é a extensão em massa de cursos superiores, o que possibilita uma sensível mudança no cenário educacional.

A lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) previa a oferta de EAD em todos os níveis da educação formal, entretanto o Decreto n. 4.494/1998 delibera a respeito da educação a distância nível fundamental, limitando sua oferta de cursos somente a formação de jovens e adultos. Fundamentada nesse decreto, a EAD viu campo amplo de atuação nos Ensino Médio, Ensino Profissional e Ensino Superior.

Segundo Giolo (2008), quando a expansão da modalidade convencional sofreu um desgaste, fruto da progressiva diminuição da demanda, a EAD despontou como alternativa financeira e espacial à formação presencial,

Este fenômeno, de certa forma, alterou o sentido da educação à distância: Em vez de ser uma modalidade de ensino capaz de ampliar o raio de atuação da educação superior para além da esfera abrangida pela educação presencial, tornou-se concorrente da presencial, ou melhor, para certos cursos, ela se constituiu numa ameaça, pois pode praticar preços menores, além de oferecer outras facilidades práticas ligadas ao tempo, ao espaço e aos métodos de aprendizagem. (GIOLO, 2008)

Pode-se afirmar que o decreto 4.494/1998 possibilitou de forma explícita o campo da modalidade de ensino a distância para a iniciativa privada.

A partir de 2002, houve uma massiva solicitação de credenciamento da iniciativa privada para a oferta de EAD. Uma vez credenciadas, essas instituições expandiram a oferta de cursos e aumentaram em muito o número de estudantes matriculados em cursos EAD.

Segundo dados do artigo “A Educação a distância e a formação de Professores” de Jaime Giolo, houve um aumento de 1000% no número de instituições credenciadas para ofertar cursos superiores por meio da Modalidade EAD, de 2000 a 2005, com base no Censo da Educação Superior. Esse aumento significativo no

credenciamento de Instituições de Ensino gerou um crescimento de 3390% nos cursos ofertados o que, por conseguinte, possibilitou um aumento de 12.265% no número de matrículas nas universidades.

Os números apresentados por GIOLO (2008) revelam que esse exponencial crescimento foi obtido em esmagadora maioria pelo setor privado, ficando ao setor público um crescimento discreto.

È interessante observar que o pleno crescimento da EAD no Brasil, acompanha a participação em massa da livre concorrência. O setor privado é responsável pela expansão da modalidade EAD, a partir do momento em que aumenta a oferta de instituições e cursos.

Entretanto a questão de investimento não é o único ponto que favorece as Instituições particulares no avanço sobre a o campo de Educação á distância.

Uma diminuição na demanda por cursos convencionais, em especial os cursos de formação de professores, torna o terreno da EAD promissor tanto para o setor privado e seu objetivo financeiro, quanto para o setor público que vê no EAD uma alternativa de formação de professores em massa.

3 - Formação de professores por meio da modalidade de ensino a distância (EAD).

De acordo com a reflexão apresentada no capítulo anterior, que tratou a respeito das definições referentes à modalidade EAD, dos marcos regulatórios e por fim do processo de expansão da referida modalidade no Brasil, pode-se concluir que a partir da década de 2000 a Educação a Distância passou por uma transformação em seu campo de atuação e de propósito.

De uma modalidade auxiliadora no processo de expansão do ensino regular e na formação continuada de professores - de acordo com o LDB, 1996 – a modalidade EAD passou a receber amplo investimento da iniciativa privada e se revelou como alternativa rentável aos cursos de graduação presenciais.

Segundo Giolo (2008), esta mudança rivalizou a modalidade tradicional (presencial) com a modalidade EAD, já que esta apresenta facilidades práticas em relação aquela, como a flexibilização do espaço, do tempo, bem como aos métodos de aprendizagem.

Como o objetivo desta pesquisa é refletir a Formação de professores por meio da modalidade EAD, se dará ênfase às transformações que a modalidade EAD trouxe para os cursos de Educação (Licenciaturas) com destaque a licenciatura em História.

Não se pode referenciar as mudanças que o aumento da oferta de cursos de formação de professores por meio da modalidade EAD trouxeram para o panorama educacional brasileiro, a partir da década de 200, sem aproximar essas mudanças a chamada “crise das licenciaturas” – fenômeno de esvaziamento dos cursos presenciais de formação de professores (licenciaturas).

Somente a partir da compreensão deste fenômeno de desvalorização da profissão docente é que se pode compreender a predileção da modalidade EAD como política pública de formação de professores e democratização da educação básica.

Para isso o segundo capítulo desta pesquisa se propõe a analisar a chamada “Crise das Licenciaturas”, suas consequências no cenário da educação básica brasileira, nas políticas de formação de professores e na escolha, tanto do setor público como da iniciativa privada pela modalidade EAD como alternativa.

3.1 - A crise da Educação Contemporânea.

Segundo Júlio Emilio Diniz Pereira (2009) o termo “Crise” se origina da palavra grega *krisis* e significa situação grave, complicada, difícil, um momento de tensão ou de impasse na vida de uma pessoa, de um grupo social, na evolução de determinadas situações.

Sendo assim uma crise pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos: alteração do estado de legitimidade social por meio da violação de valores, normas e códigos socialmente estabelecidos e, conseqüentemente, a ruptura de uma situação de equilíbrio ou estabilidade dos envolvidos.

Resumindo crise refere-se a qualquer momento ou situação afetada por uma perda de estabilidade, de equilíbrio, ou que preceda ou provoque uma anormalidade grave no funcionamento da sociedade, das instituições, da economia e na vida das pessoas. Em geral, as situações de crise exigem respostas adequadas e rápidas. (PEREIRA, 2009).

Conforme diversos dicionários (CUNHA, 2010; HOUAISS, 2001; FERREIRA, 1986; BRUNKHOST, 1996) uma crise fundamenta-se em uma alteração repentina, o que submete determinada realidade a um ambiente de incertezas e insegurança. Esse desequilíbrio pode ser “conjuntural”, caso afete em uma escala menor e em tempo relativamente curto a realidade observada ou “estrutural” se ele alterar a própria estrutura constitutiva dessa realidade e se prolonga no tempo.

Parece ser de campo comum apontar que a Educação (e por consequência a formação de profissionais para a educação) encontra-se em uma realidade de desequilíbrio, incertezas e instabilidade. Desta forma, não é descabido sugerir que o modelo educacional se encontra em crise, de acordo com as descrições etimológicas do termo.

Seria de valiosa contribuição a esta pesquisa investigar profundamente os motivos pelos quais o modelo educacional condicionou-se a esta realidade, entretanto, por não ser possível abarcar tamanha discussão acadêmica em uma pesquisa de objetivo limitado, reserva-se a este estudo somente apontar, fundamentado nas literaturas acadêmicas referentes ao tema, aspectos gerais que dizem respeito a essa crise educacional.

Para se compreender o desequilíbrio da Educação é necessário ter em vista qual seria a situação ideal, isto é, de perfeito equilíbrio que esta deveria se encontrar.

Recorre-se ao estudo de Paulo Sérgio Rouanet⁸ na tentativa de compreender qual o projeto ideal da educação a partir do modelo Iluminista, que trouxe a educação para um campo racional e secular. Segundo Rouanet o projeto civilizatório da

⁸ Rouanet, S P. Iluminismo ou Barbárie . In _____. Mal- estar na modernidade: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Modernidade atribuía à escola grande responsabilidade para sua realização. Neste projeto civilizatório a educação se encarregaria da Universalidade, da Individualidade e da Autonomia.

Diz Rouanet:

A Universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A Individualidade significa que esses seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo á sua crescente individualização. A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmo, sem a tutela de religião ou de ideologias, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material (ROUANET, 1993)

O diagnóstico de Rouanet é que esse projeto não realizou sua promessa de forma ampla, como idealizavam os seus progenitores no início da Era moderna. A não concretização destes objetivos já pode ser identificada como cerne de um sentimento de desequilíbrio entre a idealização da escola e de educação e a realidade tanto social quanto econômica.

A despeito desde desequilíbrio, o sociólogo Émilie Durkheim⁹ observou este inadequação - Crise, por definição – quando relatou a respeito da sociedade francesa no século XIX:

Costuma-se fazer queixas das variações por demais frequentes que ocorreram nos programas, nos últimos vinte anos, e culpam-se ocasionalmente essas mudanças por demais repetidas pela crise atualmente vivida pelo ensino secundário. Vê-se que essa instabilidade não data de ontem; que não é a tais personalidades ou a tais circunstâncias particulares, mas sim que configura um estado crônico que dura há um século e depende evidentemente de causas impessoais. Longe de ser a causa do mal, é seu efeito e indício exterior; revela-o mais do que o produz. [...] Acredita-se que, para reestabelecer nosso ensino secundário em bases sólidas, bastaria algumas felizes mudanças de detalhe, bastaria encontrar uma melhor dosagem das disciplinas ensinadas, aumentar a parte das letras ou das ciências, ou equilibra-las engenhosamente, quando o necessário, na verdade é uma mudança de espírito e orientação.

(DURKHEIM, 1995)

⁹ DURKHEIM, Émile. A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Continuando a utilizar a realidade francesa como subterfúgio pode-se utilizar a análise de Jean-Claude Forquin¹⁰ acerca da perda da centralidade da escola e seu decorrente mergulho na crise contemporânea. Segundo o autor a partir dos anos de 1960 as transformações midiáticas e a efervescência cultural retiraram a instituição escolar como local de aprendizagem, e desta forma abalou a estrutura cultural que sustentava a autoridade do professor.

Diversos autores passaram a estudar e criticar a função social da escola e do professor no decorrer da década de 1960 e 1970, como Louis Althusser¹¹ (1969) que apontou a escola como espaço de reprodução da ideologia dominante. Pierre Bourdieu e Claude Passeron¹² (1992) trouxeram à luz da literatura acadêmica a escola como espaço de reprodução da cultura dominante; entre outros estudiosos.

Como decorrência deste abalo e dos indicativos dos estudiosos da temática ao final da década de 1960 registra-se um clima de insegurança em relação ao profissional da educação. Uma indefinição curricular pairou sobre os professores e esta insegurança se estende aos profissionais da atualidade, segundo o artigo “As licenciaturas na atualidade: Nova Crise?” de Antônio Vitório Soares Aranha e João Valdir Alves de Souza.

[...] a despeito do repetido jargão que associa educação à transformação, em vez de apontar novas possibilidades pedagógicas e criar novas referências para o trabalho docente, parece ter sido sufocada no criticismo e esgotado a capacidade de criar algo efetivamente novo e estabelecer segurança aos professores em seu ofício. (ARANHA; SOUZA, 2013)

Outro fator contemporâneo que corrobora para a desestabilização da escola e da educação na atualidade se deve a uma mudança no perfil da escola, fruto da entrada massiva de um público que até então não pertencia ao ambiente escolar. Ao se democratizar o acesso à educação, os professores se depararam com uma realidade onde deveriam estender o ensino/aprendizagem a um bloco heterogêneo e, muitas vezes desiguais. Juntamente com esta heterogeneidade, a profissão docente passou a sofrer um processo de precarização do seu trabalho e desvalorização do seu ofício.

¹⁰ FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: as bases sócias e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

¹¹ ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelho ideológico de estado. Porto: Presença, 1969

¹² BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. A reprodução: elemento para uma teoria do sistema de ensino. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

3. 2 – A Crise das Licenciaturas

A crise da Educação, discorrida brevemente no subcapítulo anterior, trouxe como consequência uma fragilização da profissão de professor. Esta fragilização é notória quando se analisa as dificuldades na formação de professores para atuação no ensino básico, bem como as condições atuais da categoria da - elevados graus de absenteísmos e afastamento por doenças - não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo.

Para se compreender minimamente pode se recorrer a um elemento-chave segundo ARANHA & SOUZA (2013)

[...] há forte evidências, nos dias atuais, de que a profissão docente vive uma crise sem precedentes na história do nosso ensino [...] Ela combina ingredientes de natureza muito diversa, mas o elemento-chave da sua explicação é o baixo valor do diploma de professor, sobretudo na educação básica, tanto no mercado de bens econômicos (salário) quanto no mercado de bens simbólicos (prestígio) (ARANHA; SOUZA, 2013).

O baixo valor do diploma do docente revela-se paradoxal, afinal quanto mais se esforça para se expandir a oferta de ensino escolar mais dificuldade se terá para formar professores para atender a demanda. Tal paradoxo reforça a sensação de que a escola não se mais corresponde aos anseios da atualidade, reafirmando a crise na educação.

Em 2001 o Brasil atingiu um considerável nível de democratização da sua educação básica, e caminha para atingir a meta de universalizar a educação básica até 2016. Entretanto o Ministério da Educação (MEC) contabilizou um déficit de 250 mil professores, com destaque aos profissionais que lecionam Ciências da Natureza.

Atingir os níveis estimados implica a necessidade de formar mais e melhor os professores.

Entretanto, o cumprimento deste objetivo esbarra em uma baixa atratividade da carreira docente. Tal atratividade é observada quando se analisam as matrículas em cursos de Licenciaturas nos últimos anos em comparação aos demais cursos.

Como exemplo, de acordo com ARANHA e SOUZA (2013) toma-se a relação Candidato/Vaga da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nos últimos 14 Vestibulares (de 2000 a 2013):

Em 2000, dos 17 cursos mais concorridos, 6 formavam professores. Em 2012 e 2013, não houve nenhum curso de licenciatura entre os 15 cursos mais concorridos.

A afirmação de ARANHA e SOUZA (2013) é que mantida a tendência em 3 ou 5 anos não haverá candidatos aos cursos de licenciaturas. A diminuição da demanda por cursos de licenciatura revela com um evidente indício do desinteresse pela docência.

Outro problema que permeia a formação de professores e a crise nos cursos de licenciaturas diz respeito ao exercício do magistério pelos formados.

De acordo com pesquisa feita na Universidade Federal de Minas Gerais pelo pela pesquisadora AMORIM¹³ (2012) com alunos que cursaram História entre 1998 e 2001. Segundo a pesquisa dos 38 formados, somente 7 atuavam em sala de aula e somente 3 pretendiam permanecer na atuação docente.

Em contrariedade a definição do termo “Crise” que estabelece uma ruptura ou abalo repentino em uma determinada realidade, a crise nas Licenciaturas e na formação de professores vem sendo alarmada desde a década de 1970 e diversos estudos já indicavam a consolidação de um cenário pessimista em relação a área docente.

Segundo o artigo de Júlio Emílio Diniz Pereira¹⁴ uma pesquisa realizada na década de 90 em uma universidade do sudeste do Brasil constatou que dos 10 cursos considerados de “menor prestígio” na universidade 9 ofereciam a modalidade licenciatura. Outra pesquisa na mesma universidade revelou que as taxas médias de evasão nos cursos de licenciatura eram altíssimas.

Os dados mais recentes referentes aos cursos de formação de professores não são por demais otimistas segundo PEREIRA (2011)

Os dados fornecidos pelo governo federal indicam que, ao mesmo tempo em que existe a necessidade de formar/certificar um enorme número de professores e uma relativa demanda para abrir novos cursos de licenciaturas, há uma baixa ocupação das vagas nos cursos já existentes e um número relativamente baixo de graduandos em relação ao número de vagas oferecidos. (PEREIRA, 2011).

¹³ AMORIM, M.A História dos jovens profissionais da História: Trajetórias de egressos do curso e história da FAFICH/UFMG. 10 nov. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p8G0LfK8PDw>. Acesso em 12/11/2013.

¹⁴ PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. “O Ovo e a Galinha: A crise da profissão docente e a aparente falta de perspectiva para a Educação brasileira. In: Revista Brasileira de Estudos pedagógicos: Brasília. V.9,n230. 2011.

Estes dados e documentos acadêmicos evidenciam a instabilidade da carreira docente concretizada na diminuição da procura por cursos que tem como objetivo formar profissionais docentes.

Segundo Norinês Panicacci Bahia e Roger Marchisini de Quadros Souza¹⁵ (2013) vivenciamos um grave quadro de crise das licenciaturas em nosso contexto educacional, como consequência de um longo período de desvalorização da carreira docente.

Esta conjuntura impacta diretamente a formação de novos licenciados, e para constatarmos isso, basta observar a retração das matrículas de alunos nas diferentes licenciaturas, de diversas instituições de Ensino Superior (IES) do país, quer pelo número reduzido de inscrições nos vestibulares, quer pelo desistentes/trancamentos de matrículas, nestes cursos (NORINÊS; SOUZA, 2013).

Estas indicações são reforçadas com o enorme déficit de professores no Brasil, constatada em relatório da Câmara de Educação Básica, divulgada em 2007 e que vem se agravando, segundo depoimento de representante da referida Câmara:

O alerta foi dado pela Câmara de Educação Básica, em relatório divulgado em 2007. De lá para cá, a situação piorou. O déficit atual chega a quase 300 mil professores, de acordo com a professora Clélia Brandão, integrante do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Básica e presidente da Comissão Bicameral de Formação de Professores. (matéria publicada no site da UNDIME em 08-11-2011, disponível em: <http://undime.org.br/brasil-tem-um-deficit-de-quase-300-mil-professores-de-disciplinas-basicas/>).

Em 2009, a fundação Carlos Chagas publicou um relatório preliminar de uma pesquisa sobre a “Atratividade da Carreira Docente” e este estudo demonstrou que atuar em sala de aula como professor não é uma opção de carreira para os jovens.

Este Panorama assombroso em relação à carreira docente, no que se refere ao déficit de professores e a baixa procura pela carreira estimula uma reflexão a respeito das ações dos poderes responsáveis por garantir a universalização da educação.

¹⁵ NORINÊS, Panicacci Bahia; SOUZA, Roger Marchisini de Quadros Souza. Quem quer ser professor? – O PIBID como uma possibilidade para o enfrentamento da desvalorização do Magistério. In. Notadum 31 – CEMOrOC-FEusp / IJI – Universidade do Porto, 2013

Quais as políticas públicas forma implantadas com os objetivos de contemplar um aumento na formação dos professores? Como estas políticas públicas impactaram a formação de professores? Quais as consequências deste impacto?

3.3 – A Educação a Distância como alternativa a formação de professores.

Viu-se que a partir da década de 2000 a Educação a Distância recebeu um atencioso investimento. Esta Modalidade ganhou notoriedade ao se revelar uma eficiente ferramenta de contribuição na formação regular, em menor escala, e continuada, em maior escalar, dos professores que atuavam no sistema básico de educação por todo o país.

A educação a distância surgiu primeiramente com a premissa de permitir que os alunos das mais distantes localidades tivessem acesso á educação, seguindo a proposta de universalização do acesso á educação. No âmbito legal foi proposta segundo a Lei nº9.394/96 como modalidade ensino, mas já se encontrava presente na discussão para elaboração do Plano Decenal da Educação para Todos (1993-2003). A Declaração Mundial de Educação para todos planejou atividades que atendessem á uma regionalização da educação básica que contemplasse uma larga escala.

O movimento inicial da educação à distância - o de proporcionar formação regular e continuada aos professores em exercício - é, segundo Giolo (2008) , repleta de mérito e relativo êxito. Entretanto se faz necessária cautela ao analisar como as Instituições de Ensino Superior, em especial as privadas, receberam e interpretaram as regulações, que de certa forma incentivavam a expansão desta modalidade no cenário educacional brasileiro.

O Decreto n. 4.494/1998 abriu explicitamente o campo da EAD para iniciativa privada, pois a LDB não criou uma direção precisa para a formulação de cursos á distância. Desse modo a expansão ocorreu principalmente na educação superior, com o foco principalmente na capacitação e formação docente, contribuindo para o cumprimento do artigo 87 da LDB, que determina que somente sejam admitidos professores com formação em nível superior. Esses aspectos alteraram o objetivo da educação à distância, pois a EAD foi considerada pelo âmbito educacional, para uma função que ultrapassa uma modalidade de ensino. Essa modalidade tornou-se concorrente da modalidade presencial, pois oferece menores custos, maior facilidade ligada ao tempo, espaço e métodos de aprendizagem.

(RODRIGUES; MARTINS).

Apesar de já ter tratado no 1º capítulo deste trabalho de pesquisa, vale ressaltar a enorme percentual de crescimento no credenciamento de IES, com destaque nas de cunho privado, para ofertar cursos à distância a partir de 2000. Ainda segundo Giolo (2008) de 2000 a 2006 foi registrado um aumento de 3.390% no credenciamento de instituições para atuação por meio da modalidade EaD, o que representou um crescimento de 12.000% no número de matriculados. Este crescimento vertiginoso, como já foi citado, deriva principalmente do massivo investimento do setor privado, que a partir do final da década de 1990 passou a dominar cenário educacional brasileiro no que diz respeito à oferta de cursos e número de matriculados.

Este avanço passou a exigir ressalvas quando os cursos de formação de professores por meio da modalidade EAD passaram a disputar os alunos dos cursos presenciais, substituindo a sala de aula pela formação em trânsito, isto é, descolada dos espaços tradicionais de ensino- aprendizagem.

Havia um exército de professores sem formação adequada, especialmente os que atuavam em lugares tradicionalmente esquecidos pelas políticas públicas e pelo desenvolvimento econômico. Como atingi-los rápida e massivamente? É em função disso que foram feitos, por parte do Estado, os primeiros movimentos para implantar redes de educação à distância (GIOLO, 2010, p. 1274).

De acordo com gráfico da pesquisa de Giolo (2008) a área da Educação – os cursos de formação de profissionais que atuaram na docência – recebeu predileção por parte da Educação a distância.

Segundo seu estudo os ritmos de crescimento das matrículas presenciais e a distância experimentou um sentido oposto: enquanto o crescimento das matrículas presenciais apresentou uma tendência de queda, chegando a índices negativos, o crescimento das matrículas a distância passou por espetaculares índices positivos.

Tabela 1

Evolução dos percentuais de crescimento das matrículas nos cursos de licenciatura presenciais e a distância – Brasil: 2000-2006

Matrículas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Presenciais (%Δ)	-	10,3	14,6	10,8	4,3	2,2	-1,1
A distância (%Δ)	-	218,6	652,5	20,7	5,7	52,4	90,6

Fonte: MEC/INEP.

Tabela 2

Evolução dos percentuais de crescimento das matrículas de Pedagogia e Normal Superior presencial e a distância – Brasil: 2000-2006

Matrículas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Presenciais (%Δ)	-	19,3	46,1	-0,9	4,5	-3,5	-3,7
A distância (%Δ)	-	137,6	1359,4	24,1	3,7	43,7	53,1

Fonte: MEC/INEP.

Observando a tabela formulada por Giolo (2008) pode-se sugerir que a oferta de cursos a distância está buscando substituir a de cursos presenciais.

Esta conclusão, fundamentada na análise dos dados apresentados até aqui por este trabalho de pesquisa, suscita um debate em relação à qualidade da formação dos professores por meio desta modalidade, uma vez que seu campo de atuação majoritário serão salas de aulas tradicionais – isto é, a educação presencial.

3.4 – A problemática da formação de professores por meio da modalidade de Educação a Distância.

Nos dias atuais dificilmente os debates referentes à educação deixam de refletir sobre questões ligadas a qualidade da educação ofertada.

O processo de universalização da educação básica se encontra em vias de conclusão. Políticas públicas de garantia ao acesso à educação básica estão implementadas em nossa base legal.

Desta forma, a questão da qualidade ganha uma notoriedade evidente, uma vez que de nada adianta universalizar a educação se esta não possibilitar uma real transformação do indivíduo e de sua realidade.

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativa-crítica é o de que, com experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo (FREIRE, 1996)

É notável no meio acadêmico, baseado nas constantes e volumosas pesquisas e discussões referente ao tema, o esforço que os cursos de Licenciatura fizeram nos último anos para melhorar seu desempenho, a despeito deste esforço ainda prevalece o questionamento: O que é ser um bom docente? De que forma formá-lo?

Segundo Giolo (2008) a atividade do professor, ao longo da história do seu ofício, se consolidou e se institucionalizou em um ambiente físico específico: A Sala de aula. Esta sala de aula, seja ela de uma academia, de uma universidade ou de uma escola, foi concebida em sua formulação para serem utilizadas na prática de ensinar e aprender.

Estes espaços são de socialização, de vida política, de confluência de muitas expectativas. São partes importantes da vida das cidades, ora conservadoras ora extremamente criativas, mas sempre lugares onde as pessoas se experimentam no que sabem e no que podem vir, a saber; no que são e no que podem vir a ser. (GIOLO, 2008)

Ainda na visão do autor supracitado, considerar que esse “habitat” cultural e histórico da educação e da formação possa ser desprezado como parte fundamental da formação de jovens que se propõem a atuar como professores é um equívoco.

As trocas possibilitadas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação podem apresentar-se como bem sucedidas, e sua relevância não pode ser dispensada.

Porém, que se deve levar em consideração quando se questiona a formação de professores por meio da modalidade a distância é que a imensa maioria, se não sua

totalidade, de professores formados a distância, atuarão em salas de aula tradicionais, presenciais, in loco.

Estes professores em formação devem se preparar da melhor forma para contribuir na formação de alunos vivos e presentes, reunidos numa escola concreta.

Esta leque de situações reais exigirão muito mais do que conhecimentos técnico adquiridos (e esses conhecimentos podem ser adquiridos independentes da modalidade de formação – presencial ou a distancia) mas sim um conjunto de saberes e habilidades tais quais equilíbrio emocional, comportamento ético, métodos adequados e flexíveis, estratégias de domínio e acordo com a classes, liderança, paciência desinibição, entre outras virtudes e competências.

De acordo com Giolo (2008), tais virtudes podem ser aprendidas nos livros, porém a prática da convivência, da experiência, dos debates, dos seminários, dos estágios supervisionados, das falas em sala de aula, cobranças mútuas e toda interação que o espaço físico destinado à educação proporciona catalisam o desenvolvimento de tais habilidades.

O bom professor é aquele que vive profundamente uma experiência cultural e se apropria, sistematicamente, dela e dos meios necessários para proporcionar a outrem a mesma experiência e a mesma apropriação (GIOLO, 2008).

Desta forma os ambientes e as relações que estes ambientes proporcionam não são neutros; são partes integrantes e constitutivas do processo de educação, são de certa forma decisiva para a qualidade deste processo.

Outra questão cara a reflexão a respeito da qualidade da formação por meio da modalidade a distância é a relação estabelecida entre o aluno e o professor.

O pesquisador Antonio A.S. Zuin¹⁶ destaca a questão da passividade no processo de aprendizagem dos alunos integrantes na modalidade de Educação a Distância.

Não são poucas as pesquisas que alertam a respeito da predominância da aprendizagem passiva entre os alunos de tais programas, os quais absorvem, ao invés de elaborar, os conteúdos aprendidos e se sentem desestimulados a continuar os estudos (Belloni, 1999, p. 40). Quando se reflete a respeito da aplicação dos programas de EaD no Brasil, retorna a questão sobre que tipo de proximidade pode ocorrer entre os agentes educacionais formados a distância. (ZUIN, 2006)

¹⁶ ZUIN, Antônio. A.S. Educação a distância ou educação distante? O programa universidade aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial p. 935-954, out. 2006.

A questão da autonomia é apresentada de forma tácita por Preti¹⁷ (2005)

Quando aponta que autonomia não pode ser interpretada como sinônimo de autoditadismo, pois enquanto este se configura como a capacidade de aprender sozinho, aquele só é possível quando se oferece processos formativos inseridos dentro da realidade do formando.

A formação de professores caminha e deve segundo Giolo (2008) permanecer caminhando em concomitância com a formação de pessoas autônomas.

O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (Freire, 2008).

A questão a ser levantada por esta pesquisa pode ser sintetizada na interrogativa:

Como será possível formar um bom professor, sobretudo de história através da relativização do tempo e do espaço?

¹⁷ PRETI, O. (Org.). Educação à distância: sobre discursos e práticas. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

4 – Conclusão

Fundamentado na tendência revelada pelos dados aqui apresentados e, a luz dos autores, interpretados há de se indicar que o Brasil poderá a curto prazo ver seus espaços universitários - em especial os destinados aos cursos de formação de professores - serem substituídos paulatinamente por polos de Educação a Distância, dado o esvaziamento dos cursos de formação presencial - fundamentado do desprestígio da profissão docente - e ao crescente aumento dos cursos de formação de professores por meio da modalidade EaD.

Entretanto há que se refletir sobre os motivos e as consequências que estas mudanças podem representar para o cenário educacional brasileiro, principalmente em sua vertente básica - Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Os recentes dados e as constantes avaliações alertam para a crise que se assola a educação básica. Ponderar em relação a essa crise perpassa por ponderar sobre a atuação do professor, bem com sua formação inicial e continuada.

A educação a distância surge no Brasil como uma modalidade de ensino a partir da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional.

Porém foi somente a partir do final da década de 1990, com o Decreto n. 4.494/1998 que a Educação a distância experimentou um vertiginoso crescimento.

Este crescimento é sensivelmente observado no numero de credenciamento das Instituições de Ensino Superior privada par atuação nesta modalidade.

O referido crescimento foi acompanhado por um também crescimento no número de matrículas nos cursos de licenciatura por meio da modalidade EaD.

A Crise das licenciaturas - a diminuição da demanda dos cursos de formação de professores - pode ser interpretada como uma consequência direta do aumento dos cursos de formação de professor à distância.

Não obstante, as más condições de trabalho, a desvalorização salarial e o desprestígio social da profissão também corroboram para a diminuição da atratividade da profissão frente aos mais jovens.

Este trabalho de pesquisa buscou refletir sobre a formação de professores por meia da modalidade EAD. Através desta pesquisa pode-se afirmar que a formação de professores por meio da modalidade EAD surge como uma alternativa a formação de profissionais na área da educação, pois os cursos à distância apresentam menor custo e possibilitam uma flexibilização do espaço, do tempo e dos métodos de ensino.

Entretanto a de se refletir a respeito desta modalidade de formação, pois a despeito da possibilidade de aumentar a quantidade de formandos, há que se pensar na prática

docente deste formando, pois deslocado do habitat culturalmente definido para a o ensino – a sala de aula, o formando se vê deficitário em experiências pertinentes ao ambiente escolar e obrigado a desenvolver de outras formas - talvez na prática pós-formação.

É leviano apontar de forma superficial soluções para uma questão de alta complexidade quanto é questão da crise educacional brasileira, bem com a questão ligada a formação de professores e outras vicissitudes.

Esta organização de trabalhos buscou trazer a tona esta problemática, na intenção de alarmar, junto com outras vozes que já o fizeram, que o cenário educacional carece de um projeto bem debatido e planejado – não mais de soluções paliativas e de caráter emergencial.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelho ideológico de estado. Porto: Presença, 1969
- AMORIM, M.A História dos jovens profissionais da História: Trajetórias de egressos do curso e história da FAFICH/UFMG. 10 nov. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p8G0LfK8PDw>. Acesso em 12/11/2013.
- BARBOSA, Fabiana Andréa. Formação de professores: Uma História de descaso e dificuldades. In MACHADO, Evelyn Monteiro; CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. (org.) Pedagogia em Debate: Desafios Contemporâneos, 2004.
- BARRETO, Raquel Goulart. A formação de professores a distancia como Estratégia de expansão do ensino Superior. Educação & Sociedade, Campinas v.31 n113, 2008.
- BELLONI, M. Educação A Distância. Campinas: Autores Associados, 2003.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. A reprodução: elemento para uma teoria do sistema de ensino. 3º Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- DURKHEIM, Émile. A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: as bases sócias e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GIOLO, J. A Educação à distância e a formação de professores. Educação & Sociedade, Campinas v29 n.105, p.1211-1234, 2008
- NORINÊS, Panicacci Bahia; SOUZA, Roger Marchesini de Quadros Souza. Quem quer ser professor? – O PIBID como uma possibilidade para o enfrentamento da desvalorização do Magistério. In. Notadum 31 – CEMOrOC-FEusp / IJI – Universidade do Porto, 2013
- PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. “O Ovo e a Galinha: A crise da profissão docente e a aparente falta de perspectiva para a Educação brasileira. In: Revista Brasileira de Estudos pedagógicos: Brasília. V.9, n230. 2011.
- PETERS, Otto. A educação à distância em transição: tendências e desafios. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004
- PRETI, O. (Org.). Educação à distância: sobre discursos e práticas. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

Rounet, S P. Iluminismo ou Barbárie. In_____. Mal- estar na modernidade: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUIN, Antônio. A.S. Educação a distância ou educação distante? O programa universidade aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial p. 935-954, out. 2006.